

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 30 No. 1 2017

ARTIGO

CRÍTICA FEMINISTA, ARQUEOLOGIA E DESCOLONIALIDADE: SOBRE RESISTIR NA CIÊNCIA

Loredana Ribeiro*

RESUMO

O texto discute a intrínseca relação entre colonialismo, ciência e dicotomia de gênero. A partir de temas e problemas das (ditas) arqueologias pré-histórica e histórica, enfatiza a participação da disciplina na legitimação e naturalização das concepções modernas de sexo e gênero. Discute também a institucionalização dessas assimetrias na arqueologia brasileira, defendendo a necessidade de uma arqueologia feminista e descolonial que expresse as particularidades da disciplina e sujeitos nela envolvidos.

Palavras-chave: Teoria Feminista; Colonialidade; Ciência.

ABSTRACT

This paper discusses the intrinsic relation between colonialism, science and gender dichotomy. From topics and problems of the (alleged) prehistorical and historical archaeology it intends to emphasize the role of the discipline in the legitimization and naturalization of the modern concepts of sex and gender. It also discusses the institutionalization of those asymmetries in Brazilian archaeology, advocating the need for a feminist and decolonial archaeology that express the particularities of the discipline and agents involved in it.

Keywords: Feminist Theory; Coloniality; Science.

* Departamento de Antropologia e Arqueologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia - ICH/UFPel. Rua Alberto Rosa, 154, Pelotas, RS - 96010-770.
Email: loredana.ribeiro@gmail.com

Boa parte das pessoas envolvidas com arqueologia acredita que a disciplina é sobre registro, prova e certeza. Que combatemos as dúvidas envolvidas nas fases do trabalho arqueológico obtendo fatos inequívocos. Afinal, arqueologia é uma ciência e, como tal, marcada pela objetividade. Parece ser justamente a forte definição da arqueologia por métodos positivistas que atrasou a emergência da auto-reflexão feminista no campo (CONKEY, 1993; GERO, 2007), em comparação, por exemplo, com a antropologia e a história. Nesse texto pretendo discutir os desafios que a marca positivista da arqueologia impõe à reflexão feminista e argumentar a favor da necessidade dessa crítica para a descolonialidade da disciplina. Espero que o texto possa ser utilizado em disciplinas teóricas e grupos de estudo enquanto uma introdução ao campo da crítica feminista nos estudos das ciências e técnicas, na arqueologia e no projeto descolonial. Também tenho a ambição de estimular uma reflexão mais profunda sobre a necessidade de conjugar nossos comprometimentos políticos, a partir dos quais desafiamos cotidianamente os papéis e constrangimentos sociais que nos são impostos, e as articulações teórico-metodológicas que tecemos na vida acadêmica, discutindo como nossas escolhas teóricas são, elas também, compromissos e reivindicações - assumidas ou não.

Várias feministas defendem que a contestação e modificação da forma como lemos e aprendemos está na base das intervenções feministas no mundo. De acordo com a indiana Gayatri Spivak (1994, 2010), é importante estar alerta para questionar a formação ideológica masculino-imperialista que constrói categorias monolíticas altamente generificadas, difundidas como pressupostos nos meios acadêmicos. Sua advertência é que precisamos desaprender o masculinismo do sujeito soberano moderno para produzir outras reflexões, outros recursos intelectuais que nos sejam necessários. A crítica feminista da ciência é um instrumento de apoio no desaprendizado da concepção moderna que determina o sujeito do conhecimento como neutro, soberano e masculino. Donna Haraway, referindo-se à ausência de consenso nos grupos feministas nos anos de 1980 sobre a relevância da ciência para o feminismo, defendia, como várias outras feministas da época, o que poderia hoje ser descrito como uma 'ocupação' da ciência, a mudança para uma prática científica norteadas por outra versão de objetividade, uma versão feminista: "Precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro" (HARAWAY, 1995:16). É fundamental então que tenhamos um entendimento crítico do 'componente científico' da arqueologia posta sua difusão por toda a malha da disciplina. Como espero desenvolver depois, seus efeitos simbólicos, discursivos e materiais estão impregnados de assimetrias de sexo e gênero. Os 'fatos inequívocos' da arqueologia, mencionados acima, e suas representações do passado são produzidos de modo intrinsecamente generificado, não são nem neutros nem inocentes (GERO, 2007). Eles atuam no presente reforçando e mantendo formas de opressão e iniquidades que operam abaixo do limiar da consciência.

No que se refere a desaprender para reaprender, feminismo e descolonialidade, ambos projetos igualmente políticos e epistemológicos, unem-se no compartilhamento dessa e outras metas. Aqui, a opção descolonial é trabalhada especialmente a partir da noção de que a continuidade das relações coloniais de poder (colonialidade do poder) opera através da intersecção de gênero-raça-classe (COSTA, 2014). Outro ponto saliente da crítica descolonial é a urgência do desligamento das epistemologias eurocêntricas e a importância dos conhecimentos e paradigmas outros, não ocidentais, silenciados e propositalmente deturpados pela colonialidade do saber (WATTS, 2013; MIGNOLO, 2012). Essa constatação insere o embate colonial no centro da produção de

conhecimento, embasando o argumento de que a descolonização do conhecimento não será nunca possível enquanto seu ponto de partida for o das categorias ocidentais de saber que negam aos sujeitos colonizados “o direito geopolítico e corpo-político de enunciação epistêmica” (COSTA, 2014:930).

Enquanto a feminista argentina Maria Lugones aponta como a colonização racializou e generificou as fêmeas colonizadas transformando-as em ‘mulher’ a partir de cânones ocidentais, defendendo que a dicotomia de gênero é uma imposição colonial (LUGONES, 2007, 2008, 2012, 2014), várias feministas nas ciências discutem como a constituição do campo se deu par e passo com a construção da dicotomia moderna de gênero. O que busco aqui é alinhar essas duas linhas de discussão para refletir como colonialidade e ciência operam no que se refere a gênero e como a arqueologia, e nós, arqueólogas, inadvertidamente participamos de práticas opressivas igualmente materiais e discursivas.

O texto está dividido em quatro partes. A primeira delas discute como a constituição da ciência moderna se baseia e consolida todo um conjunto de separações ontológicas derivadas da divisão natureza/sociedade, entre elas corpo/mente, sujeito/objeto, público/privado e homem/mulher. Discute também como esse processo privou de agentividade epistêmica as ‘mulheres’, as pessoas de cor, trabalhadoras e sexuadas. A segunda parte do texto se sustenta numa crítica já ‘clássica’ na literatura especializada internacional, mas ainda de pouca circulação no Brasil: o viés masculinista da prática e interpretações arqueológicas tradicionais, a parcialidade e limitação desses conhecimentos e sua influência, para muito além dos contrafortes disciplinares, no modo como percebemos o humano e nossas possibilidades de vida social. Essas seções iniciais dialogam com reflexões formuladas sobretudo por feministas estadunidenses eurodescendentes. Digamos que se trata do relato de uma crítica êmica, gendrada na barriga do monstro que gerou a ciência e a objetividade modernas - parafraseando Donna Haraway (1995). Nas partes finais do texto, meu esforço é no sentido de aplicar o que tenho aprendido no campo da teoria feminista para pensar a arqueologia brasileira, desta vez dialogando sobretudo com teóricas negras, indígenas e latinoamericanas. A terceira parte discute principalmente temas problematizados pela arqueologia histórica, ou presentes como pano de fundo não contestado, como vida cotidiana, família e esfera doméstica, à luz da crítica feminista negra e descolonial. Ali, como na seção anterior do texto, meu esforço para apontar caminhos cuja evitação ou seguimento sejam coerentes com as discussões feministas que alinhavam meu texto. Finalmente, a última parte do trabalho discute dados quantitativos sobre as assimetrias de sexo e gênero na arqueologia brasileira que sugerem que a aparente equivalência numérica entre homens e mulheres na área não é acompanhada por equidade na circulação e valorização da produção intelectual de arqueólogas e arqueólogos nos cursos de formação em arqueologia.

Antes de prosseguir, mesmo correndo o risco de enrijecer o que pretende ser maleável e adaptável, alguma tentativa de direcionar a leitura é necessária. Quando escrevo *gênero*, não estou me referindo à ‘mulher’, sequer a ‘homem’ e ‘mulher’, menos ainda ao binômio homem/mulher ou seu correlato masculino/feminina. Na conceituação subjacente às páginas que seguem, gênero não é substantivo, mas verbo. Várias autoras, de diferentes orientações teóricas, contribuem com formulações explícitas ou implícitas para entendimentos do gênero como verbo e processo, efeito de práticas relacionais (portanto sociais), histórica e semioticamente localizadas (Bell Hooks, 1990; Cláudia de Lima Costa, 2002; Donna Haraway, 2009; Judith Butler, 2006; Lélia Gonzalez, 1988a, 1988b; Marilyn Strathern, 2006; são alguns exemplos). Nessa perspectiva, se houver algo incontestante no gênero, há de ser a relacionalidade na qual

se produz – relacionalidade que inclui outros efeitos de práticas tão materiais, corporificadas, significativas e significantes quanto gênero: raça/etnicidade, idade, sexualidade, ocupação e mais. Uma ressalva importante é que a crítica feminista possui uma heterogeneidade epistemológica que impede o uso do singular fora das referências ao campo e às coalizões nele estabelecidas. Os feminismos são diversos. Assim, teorias do gênero não devem ser confundidas com ideologia de gênero ou com o sistema moderno de gênero. Essa confusão limita o potencial transformador da crítica e, na arqueologia, traz o risco de projetarmos sobre outros povos e passados algo que é próprio de sociedades modernas e do pensamento moderno (ver SCHAAN, 2006, para um exemplo dessa discussão), justamente onde surgiram (surgem) os mecanismos de opressão que combatemos. Fazendo isso, no lugar do enfrentamento desses mecanismos, acabamos por contribuir com sua naturalização. Com a entrada no campo da teoria feminista das feministas negras, lésbicas, de países colonizados e *queer*, o universalismo das categorias ‘mulher’ e ‘homem’ foi derrubado. Tal contestação destaca a situacionalidade e localização do gênero e coloca os universalismos em suspeição pelo potencial de ocultação de posições de privilégio que eles contêm. Em adição, a prática e teoria feminista contemporânea transforma substantivamente o projeto político-epistemológico feminista, abrindo-o para muito além da luta por direitos e interesses de ‘mulheres’ para defini-lo como luta contra a sujeição, a opressão e a dominação sexistas, pelo reconhecimento e justiça social a grupos historicamente subalternizados pelo patriarcado capitalista, pelo colonialismo e imperialismo (FRANKLIN, 2001; BATTLE-BAPTISTE, 2011; GONZALEZ, 1984, 1988b; LUGONES, 2014; COSTA, 2002; BRAH, 2006; entre outras). Daí que uma arqueologia feminista, portanto, pode ser muito mais que uma arqueologia de ‘mulheres’ (ou sobre ‘mulheres’) para ser uma arqueologia não opressiva; não sexista, não racista, não machista e não colonialista.

A OSTENTAÇÃO DA MODÉSTIA – CIÊNCIA, OBJETIVIDADE E GÊNERO

O projeto dos movimentos sociais feministas das décadas de 1970 e 80 era (é) mudar as condições das mulheres facilitando mudanças nas relações sociais. Abertamente político desde o início, o projeto rapidamente se transformou a modo de “fazer política por outros meios”: no trabalho acadêmico, na produção de conhecimento científico. A teoria feminista era (é) então entendida como um meio para

(...) facilitar a mudança no mundo da vida cotidiana analisando – e expondo – o papel que as ideologias de gênero desempenhavam (e têm desempenhado) no esquema abstrato subjacente a nossos modos de organização. Isso significava reexaminar nossas suposições básicas em todos os campos tradicionais do trabalho acadêmico (...) (KELLER, 2006:15).

Principalmente ao longo da década de 1980, os estudos feministas vão se alinhar aos estudos das ciências e das técnicas, aos estudos culturais e outros nas críticas à natureza da teoria e método científicos.¹ Para os fins da discussão que pretendo introduzir aqui, posso definir ciência de modo superficial, mas satisfatório, como *corpo*

¹ A imputação de crime de assédio sexual é um exemplo de intervenção feminista política e epistemológica no sistema jurídico. Talvez não seja por acaso que ele resulte de processo judicial movido por uma assistente de cientista. A expressão passou a ser utilizada após a batalha judicial iniciada por Carmita Wood em 1974. O processo, seguido de perto por uma gigantesca mobilização social de feministas, mostrou a escassez de recursos conceituais para reconhecer a experiência do que ficaria em seguida conhecido pela expressão assédio sexual. Mas a batalha judicial também mostrou como, “no processo de lidar com essa desvantagem hermenêutica, as afetadas por ela se basearam em evidências experienciais e recursos conceituais articulados que as colocavam em posição de delinear um fenômeno empírico cuja dinâmica e efeitos se mostraram tão obstinados quanto persistentes” (WYLIE, 2012:48).

de conhecimentos que fornece explicações para o mundo. Objetividade é um conceito chave para a ciência moderna. A noção padrão de objetividade científica se sustenta na confiança em ideais convencionais concebidos em termos de positivismo vernáculo,

“(…) [na] convicção de que o sucesso epistêmico na pesquisa empírica se caracteriza e deve ter como objetivo primário a convergência para uma compreensão única, abrangente e verdadeira do mundo e que uma condição para tal sucesso é o isolamento da investigação empírica da influência de valores e interesses sociais e contextuais.” (WYLIE, 2012:6).

Nessa noção, os itens particulares de conhecimento “objetivamente verdadeiros” se sustentam transcontextualmente e transhistoricamente. Eles não são influenciados por quaisquer interesses ou valores situados, nem por qualquer das escolhas que ditam os termos de uma estratégia de pesquisa. Esse conjunto de ideais pressupõe uma concepção abstrata e individualista da agência epistêmica — uma individualização do cientista, pesquisador, enfim, do agente conhecedor. O conhecimento objetivo só será realizado se aqueles agentes epistêmicos puderem transcender os fatores contextuais, desligando-se de influências sociais, econômicas, políticas, religiosas, etc.. O que um agente propriamente objetivo sabe é apenas aquilo que qualquer agente racional saberia, dadas as evidências e o exercício adequado da razão. A crença na positividade dos fatos, na possibilidade de acesso à verdade através de uma série de processos lógicos e naturais e na autonomia e imunidade do conhecimento em relação a condicionantes sociais, psicológicos, econômicos, morais e mais, dão o tom da racionalidade universal e transcendência da ciência (WYLIE, 2012; KOIDE *et. al.*, 2014).

O pressuposto da contaminação das supostas autonomia e a imparcialidade epistêmicas pelos fatores contextuais (fatores não cognitivos) leva ao apagamento das relações sociais que constituem os agentes do conhecimento como tal. Esse apagamento resulta numa ausência de rastros que por um lado cria a ilusão das ‘descobertas revolucionárias’ da ciência, o conhecimento e as inovações súbitas, inéditas e sem origem que funcionam como marcadores miraculosos da história moderna (LATOURE, 1994). Por outro lado, essa ausência de rastros também impede a responsabilização pelos efeitos das inovações e descobertas (HARAWAY, 1995). O entendimento feminista é que explicações do mundo que propiciem condições de realmente bem viver nele não serão oferecidas por uma ciência que opere nessa lógica. Para as feministas essa noção de objetividade encobre o que na verdade são modos artificiais de criação e controle da natureza por um suposto sujeito universal que, na verdade, realiza-se no ideal de homem ocidental (HARAWAY, 1995).

Uma noção particular de modéstia está na raiz da suposta neutralidade da ciência e sua impessoalidade — ou sua exclusão de personalidades corporificadas. Robert Boyle, um dos heróis fundadores da ciência moderna, foi pioneiro na defesa da noção do cientista como ‘testemunha modesta’ dos fatos da natureza. Sua obra e contexto social e político serviram de inspiração para notáveis estudos das ciências e das técnicas (SHAPIN & SCHAFFER, 1985; SHAPIN, 1989; LATOURE, 1994; e outros) assim como para discussões feministas dos processos de exclusão pela ciência das mulheres e outras minorias sociais (HARAWAY, 1995, 2004b; POTTER, 2001). Pode parecer irônico, uma vez que ao senso comum é mais familiar associar a ciência a seu oposto, que a modéstia da mente seja uma das virtudes fundadoras do pensamento científico e da modernidade. Mas também fundador é o gesto que ela permite, o de diferenciação entre a mera opinião e o conhecimento especializado, esse legitimador de modos de vida. No contexto de turbulência política e religiosa da Inglaterra do século XVII, o conhecimento científico ia-se construindo com a “potente capacidade de criar a base da ordem social de modo literalmente objetivo”, sem influências políticas ou religiosas

(HARAWAY, 2004b:224). Os fatos científicos, objetivos, verdadeiros, operavam em estabelecer o consenso supostamente não a partir dos homens, mas da natureza (SHAPIN & SCHAFFER, 1985): a verdade está lá fora e os homens das ciências são seus porta-vozes, as testemunhas, junto com seus aparatos, de fenômenos reais.

Enquanto construía e colocava em funcionamento sua bomba de vácuo, Boyle e seus seguidores ajudavam a constituir a ciência moderna com suas determinações de quem está apto a produzir conhecimento e do que é fato inequívoco. Na época de Boyle, discutia-se que a consagrada separação entre mente e corpo se dava em algum momento entre o processo corporal e o processo mental. Isso permitia ‘descorporificar’ o pensamento e dar autonomia ao artefato, características que, junto com o distanciamento do texto, passaram a constituir o pensamento científico desde então. O conhecimento científico “distinguiu-se, assim, tanto de seu suporte material – os textos escritos, os artefatos – como do processo corporal que o gerava e o materializava” (LOPES, 2008:299).

Naquele mundo de separação entre sujeitos e objetos, os cientistas eram os porta-vozes transparentes dos objetos. Mas para multiplicar sua força e estabelecer fatos de modo crível, o testemunho devia ser público e coletivo. Outra separação que os filósofos da época discutiam era público/privado e o que contava para definir cada domínio. A principal oposição ao método experimental de Boyle era justamente que aquele conhecimento que se criava dependia da prática de uma comunidade especial, similar à dos juristas, se caracterizando como privado e não civil e público. Foi crucial à credibilidade do método científico que surgia manejar a separação público/privado de modo a criar um espaço público-restrito (o laboratório) estruturado de modo que a necessária comunidade especial e unida dispusesse de um espaço material de acesso regulado e um espaço epistemológico público, permitindo que se fizesse “ciência de primeira linha, comodamente distanciada das infecções venéreas da política” (HARAWAY, 2004b:225-6).

Boyle e seus contemporâneos estavam imersos na crise de gênero que marcava a religião e o conhecimento das sociedades europeias nos séculos XV ao XVII. As agitações públicas de mulheres no período pré-restauração na Inglaterra e as associações entre mulheres e a tradição alquímica levou os homens sábios a se dissociarem de práticas e símbolos culturais considerados como femininos. O principal testemunho dessa crise é a violência da perseguição às bruxas e o envolvimento, na inquisição, dos fundadores racionalistas da nova filosofia (HARAWAY, 2004b; MERCHANT, 1980, 2006; TOSI, 1998). De acordo com Carolyn Merchant (1980, 2006), a ciência que se organizava no século XVII tinha por modelo os interrogatórios e torturas de mulheres acusadas de bruxaria. Acompanhando a obra de Francis Bacon, ela sustenta que boa parte dos recursos epistemológicos por ele empregados para delinear os objetivos e métodos científicos deriva dos tribunais da inquisição. Para Bacon, segredos da natureza e segredos da bruxaria poderiam ser descobertos pelo mesmo método: ‘tortura’ por invenções mecânicas de modo a se extrair a verdade (ver também FEDERICI, 2004 sobre o extermínio de bruxas na Europa como ato fundacional do capitalismo). É impossível dissociar a crise do gênero na Europa dos séculos XVI e XVII do embate colonial. Esse é um tópico que desenvolvo na terceira seção do texto, mas por ora basta reter que enquanto bruxas eram queimadas nas fogueiras das metrópoles, nas colônias o projeto civilizatório do cristianismo se debatia com a missão de transformar os machos e fêmeas não humanos (posto que não civilizados, bestializados e hipersexualizados) em homens e mulheres.

O processo de produção do conhecimento científico é situado, localizado numa parcialidade que maneja categorias de pensamento e exclui corpos. Gênero estava em

jogo no processo de expansão dos aparatos de produção que podiam contar como conhecimento (aparatos materiais, literários e sociais), na reconfiguração chave do conhecimento e da prática que constitui a ciência moderna. O ideal de homem da ciência construído nesse processo, correlato da retórica do testemunho modesto, da maneira de escrever objetiva, factual e convincente, se baseia numa clara distinção entre homens e mulheres que surge por essa época. Ambos são modestos, mas de modo distinto: às mulheres caberiam modéstias que derivavam dos atributos do corpo, aos homens as modéstias derivadas dos atributos da mente. Elizabeth Potter (2001), discutindo o novo homem e a nova mulher adequados ao modo de vida experimental e sua produção de fatos inequívocos, mostra como o estilo literário masculino que se associava aos homens de ciência logo se converteu no ‘estilo inglês’, marca da hegemonia crescente da nação que surgia. Ora, a definição do ‘ser inglês’ da época está entranhada na história das formações raciais e generificadas modernas, baseadas também em linhagem, cortesia e nação: “as formações (não as essências) de raça, classe, sexo e gênero foram, desde o princípio, máquinas perigosas e instáveis para salvaguardar as ficções e poderes principais da masculinidade cortês europeia” (HARAWAY, 2004b:230). A prática masculina da modéstia do homem cortês serviu para reforçar sua agentividade, tanto epistemológica quanto social: ela se exercia em espaços públicos estritamente regulados, os homens modestos eram transparentes e auto-invisíveis, posto que suas discussões informavam sobre o mundo e não sobre si mesmos, livres da influência de seus corpos e paixões. Convertendo-se em verdadeiras e legítimas testemunhas dos fatos, os homens de ciência tinham credibilidade para descrever outros corpos e minimizar a atenção crítica sobre si, num movimento epistemológico crucial na fundação de séculos e séculos de discursos sobre raça, sexo e classe (HARAWAY, 1995, 2004a, 2004b; KELLER, 1985).

A modéstia das mulheres da mesma classe social dos homens de ciência, por sua vez, as eliminava do cenário de ação, assim como todas as outras mulheres e a maioria dos homens. Privadas de agentividade epistemológica, o tipo de visibilidade que as mulheres mantiveram no modo de vida científico foi seu corpo, percebido como subjetivo, parcial, opaco, com potencial para informar apenas sobre si. Não apenas as mulheres modestas, mas todas as pessoas de cor, sexuadas e trabalhadoras estavam privadas de agentividade, eram objeto da análise e não produtoras de conhecimento.

A capacidade da bomba de vácuo de Boyle em estabelecer fatos inequívocos de modo independente das discussões políticas e religiosas da época é paradigmática de outra divisão arquetipicamente moderna: ciência e política. Tal separação, inclusive, é uma das bandeiras vermelhas sempre levantadas contra as feministas na academia a modo de desqualificar nossa crítica como política e passional, portanto sem potencial para produção de conhecimento acadêmico. Essa violência epistêmica contra os saberes feministas, que os deturpa e deslegitima, é uma das expressões da colonialidade do gênero que mostra como o embate colonial tem efeitos inclusive nas sociedades colonizadoras.

A formulação de outra noção de objetividade é um dos principais esforços das discussões feministas na ciência. Uma noção de objetividade que assuma a localização limitada e situacionalidade do conhecimento, que recuse a transcendência e a divisão sujeito/objeto em prol do engajamento e da reflexividade (WHYLIE, 2007: 211-213; HARAWAY, 1995, 2004b). Como tenho discutido aqui, fugimos das doutrinas de objetividade científica graças, em parte, ao papel de coisa inerte e passiva atribuído aos “objetos” de conhecimento – os assuntos humanos e não humanos, naturais e sociais, alvo dos estudos científicos. Essa aparente inércia e passividade ora se apresenta de modo fixo e determinado, onde o mundo é reduzido a recurso para os projetos

instrumentais das sociedades ocidentais destrutivas, ora os objetos de conhecimento são máscaras para interesses, geralmente dominantes (HARAWAY, 1995). A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada no sujeito. As imagens da objetividade feminista não são produtos da transcendência, de uma visão de cima. Suas imagens são a junção de vozes e visões parciais (não apenas a voz e visão de um agente único do conhecimento) numa posição coletiva de sujeito. Reconhecer que fatores sociais, econômicos, políticos etc. influenciam o processo de produção de conhecimento permite considerar a ciência como efeito de relações. Relações que determinam tanto a posição do sujeito epistêmico quanto a do conhecimento científico, situando ambos em termos de gênero, raça, classe e mais. Um ponto nevrálgico da crítica feminista na ciência é a responsabilização, que deve ser intrínseca ao processo de produção de conhecimento. Isso implica em constante atenção e autocrítica para os efeitos possíveis, nos principais eixos contemporâneos de diferenciação e subordinação, do conhecimento que estamos contribuindo a gerar e/ou manter. Isso é válido seja para uma inovação tecnológica, uma teoria, uma etnografia, uma análise arqueológica e mais.

Uma das primeiras e mais importantes intervenções feministas na ciência foi a identificação e contestação de perspectivas de gênero na prática e interpretações disciplinares. Como passo a discutir, o que está em questão é a denúncia do quão parciais e limitados são os conhecimentos científicos sobre os humanos e o quanto eles influenciam o modo como percebemos o ser humano, seu potencial e suas possibilidades de viver em sociedade.

INDY E O CAÇADOR PODEROSO – POR TRÁS DE IMAGENS DA CULTURA (IN)ÚTIL IMPERIALISTA

Ultrapassando as paredes das universidades e laboratórios, visões ‘objetivas’ (leia-se situadas) dos papéis de machos e fêmeas na evolução humana dispersam-se pela sociedade, não apenas através do ensino tradicional, mas também dos meios de circulação e socialização do conhecimento e até do cinema. Em outubro de 2015, por exemplo, o Tech Times, importante portal de divulgação científica ligado ao Vale do Silício, na Califórnia, comentava a descoberta de um grupo de pesquisadores sobre a capacidade de rotação do tronco em chimpanzés e sua implicação para a eficiência da marcha dos primeiros homínídeos (POPPY, 2015). A matéria era ilustrada por uma imagem muito elucidativa dos pressupostos dos editores do portal sobre os papéis de gênero na evolução: um diorama confeccionado para uma exposição realizada pelo Museu Americano de História Natural de Nova York mais de vinte anos antes que mostra um casal de australopithecus caminhando abraçados sobre cinzas vulcânicas e deixando atrás de si as pegadas fossilizadas de Laetoli (Tanzânia). Não foi por acaso que pareceu adequado aos editores da Tech Times ilustrar uma descoberta sobre evolução humana através da imagem do gesto protetor de um grande e forte macho acolhendo sob seu ombro uma pequena e delicada fêmea. O diorama, cuja imagem foi mil e mil vezes reproduzida desde a exposição em Nova York e nem sempre avaliado criticamente em seu conteúdo sexista, representa, para Adrienne Zihlman, a versão científica da expulsão de Adão e Eva do paraíso, com uma erupção vulcânica, no lugar da espada de um anjo, dirigindo ao desconhecido nossos antepassados organizados em casais heterossexuais (ZIHLMAN, 1997:91).

Quando as feministas afirmam que o conhecimento tem localização limitada, elas estão se referindo em parte ao fato de que o trabalho científico se dá num contexto social e viés cultural. Desde a bomba de vácuo de Boyle, a ciência moderna vem acumulando descobertas e invenções capazes de povoar, em retroalimentação, os

contextos social e cultural de iniquidades de gênero. A arqueologia e a teoria evolutiva são chave na naturalização dessas assimetrias. Indiana Jones (possivelmente o mais famoso arqueólogo de todos os tempos) é um bom exemplo para introduzir a discussão. Ele encarna e atualiza um dos mitos mais pervasivos da ciência moderna: o do macho dominante e conquistador. Ao longo do tempo, essa noção foi materializada nos mais distintos corpos e *corpora* científicos. Como no espermatozóide ativo, vigoroso e auto-impelido que penetrava o óvulo passivamente transportado através da trompa de falópio até ser assaltado pelo espermatozóide que entregava seus genes e ativava o programa de desenvolvimento de uma nova vida (KELLER, 2006). Desde Charles Darwin, discute-se que as diferenças de tamanho e custo de energia presumidas para produzir esperma e óvulos resultam na ausência de custo biológico para a promiscuidade masculina: os machos produzem facilmente milhões de espermatozoides de baixo custo energético, enquanto as fêmeas produzem, custosamente, poucos óvulos. Disso resulta que machos podem se acasalar com muitas fêmeas, mas elas precisam ser altamente seletivas e escolher bem o macho que lhes fertilize os óvulos.² Essa crença altamente nociva é tão amplamente aceita que muitos cientistas apelam a ela em comunicações à mídia para discorrer sobre praticamente qualquer aspecto das diferenças macho-fêmea, sejam humanos ou não: “de fato, certos comportamentos humanos, como estupro, infidelidade e algumas formas de abuso doméstico, têm sido retratados como características adaptativas que evoluíram porque os machos são promíscuos enquanto as fêmeas são sexualmente relutantes” (TANG-MARTINEZ, 2017:1).

Indiana Jones, o arqueólogo colonialista, é um personagem com as características necessárias para narrar as aventuras dos machos da espécie em sua história no planeta. Ao longo do século XIX, tornou-se convencional nas ciências a associação entre pesquisa de campo, heroísmo e masculinidade. A imagem pública do arqueólogo cowboy surge da autoimagem construída pelos arqueólogos estadunidenses de meados do século XX que assim se distanciavam dos profissionais preservacionistas da época, vistos como menos masculinos, menos ativos e mais fracos que si mesmos. Vem daí, provavelmente, o sexismo corrente de que educação patrimonial é um dos subcampos mais favoráveis para mulheres na arqueologia. A autoimagem do camarada durão, trabalhando sob árduas condições e contando principalmente com sua energia e engenho para descobrir e revelar ao mundo aquilo que valoriza, mistura-se ao estereótipo euro-americano do macho ideal. A correspondência é reforçada ainda por alto consumo de álcool, comportamento heterossexual promíscuo e vestuário característico (chapéu, cinto com fivela, botas e às vezes até mesmo um ‘coldre’ para colher de pedreiro!) fundindo o herói da profissão com um herói nacionalista dos Estados Unidos (WOODALL & PERRICONE, 1981; BEAUDRY & WHITE, 1994; CARVALHO & SILVA, 2013).

² Na contramão desta noção, o que se discute hoje é que são produzidos milhões de espermatozóides para fertilização de um único ovo (portanto a comparação adequada seria do curto energético da produção de milhões de espermatozóides versus o custo de um único óvulo); que o sêmem dos machos contém compostos de alto custo energético de produção; que a produção de esperma é limitada e os machos podem ficar sem ele e que em várias espécies os machos podem alocar mais ou menos esperma para uma dada fêmea de acordo com a idade, saúde e até acasalamento anterior dela. Depleção e alocação de espermatozóides, junto com escolha de parceiras pelos machos, não são esperados numa teoria que supõe que espermatozóides sejam ‘baratos’ e ilimitados. Também é evidente agora que as fêmeas não são ‘biologicamente monogâmicas’ como se acreditava. Pelo contrário, em todo o mundo animal fêmeas se acasalam com múltiplos machos e produzem ninhadas com mais de um pai. “O que parece verdade agora, em termos de sucesso reprodutivo, é que em uma ampla gama de espécies as fêmeas que se acasalam com mais de um macho produzem mais descendência” (TANG-MARTINEZ, 2017:3-4).

O arqueólogo cowboy não é Júnior apenas na franquia de Lucas e Spielberg. Ele atualiza o mesmo estereótipo ocidental de macho branco dominante que permeia a tradicional história evolutiva na perspectiva do paradigma do “homem, o caçador”, aquele capaz de impulsionar a evolução humana através da caça e da fabricação de instrumentos. A noção de que os primeiros hominídeos eram caçadores recua à década de 1920, mas foi apenas na década de 1960 que se explicou como a caça teria sido essencial para o desenvolvimento do distintivo modo de vida humano (ZILHAN, 1987; BINFORD, 1991). Naquela época, a teoria evolutiva era nitidamente focada em machos, sugerindo que eles evoluíram correndo atrás de caça, seguidos por fêmeas que coletavam e davam à luz (em português, ver SCHIEBINGER, 2001 e LIMA, 2003). Não por acaso, a hipótese da caça é derivada dos estudos de primatologia que, desde a década de 1950, eram permeados pelo difundido pressuposto de que os babuínos das savanas, populações de machos agressivos, competitivos e opressores e fêmeas oprimidas e submissas, ofereceriam uma visão da ancestralidade humana. Um dos elementos que favorecia a aceitação e difusão do modelo do ‘macaco assassino’ no meio científico da época era o apelo que a ideia de sociedades ancestrais agressivas, combativas e dominadas por machos tinha para os públicos do segundo pós-guerra e Guerra Fria: o modelo explicava a guerra, a violência e a agressão masculina (STRUM & FEDIGAN, 1999). A hipótese da caça atualizava essa ideia no passo a passo evolutivo, explicando a evolução para o bipedalismo, a fabricação de instrumentos e o crescimento do cérebro. Parentalidade era uma noção chave nesse modelo: os machos caçavam e proviam fêmeas e proles, enquanto as fêmeas coletavam alimentos vegetais e investiam pesadamente na parentalidade, assumindo os cuidados das proles. Acreditava-se que características tais como a dependência da carne, tendência em firmar pares íntimos e exclusivos compostos por machos e fêmeas e o investimento de ambos no suporte das crias já estavam presentes ao tempo do surgimento dos primeiros instrumentos. As ferramentas vão aparecer num ápice evolutivo, momento em que os hominídeos já estão vivendo em modo totalmente humano, similar aos *!Kung*. As conexões entre homem, caça, partilha e sexo foram estabelecidas na transição entre o Plioceno e Pleistoceno, inaugurando a precoce divisão sexual do trabalho por sexo, a base doméstica e o casal monogâmico (ZIHLMAN, 1987:12; ver também BINFORD, 1987).

A crítica do papel das mulheres no processo de produção de conhecimento emerge em vários campos disciplinares no momento em que os movimentos feministas enfatizavam a necessidade de dar visibilidade às mulheres como passo fundamental da luta social. Nos estudos evolutivos, surge então uma pergunta simples: o que as fêmeas faziam naquelas sociedades de hominídeos se a única interpretação disponível para a evolução está focada numa atividade de machos? Adrienne Zihlman é uma das formuladoras de uma influente teoria da década de 1970 opositora à do “homem caçador”, a da “mulher coletora”. Defendendo que a coleta de alimentos, no lugar da caça masculina, garantia a base de subsistência dos grupos, a teoria tirava as “mulheres pré-históricas” da invisibilidade e as destacava como ativas participantes da vida social dos grupos no tempo e espaço. A teoria da coleta se baseia em dados de pesquisas da genética, dos estudos de primatas, da antropologia biológica e arqueologia do final dos anos de 1960 e 1970 para oferecer uma interpretação da evolução humana a partir do ponto de vista das fêmeas.

Naquela época, surgiam as primeiras descobertas da genética que identificavam um parentesco muito mais estreito que se imaginava até então entre gorilas, chipanzés e humanos. Ao mesmo tempo, estudos sobre primatas mostravam uma variedade de comportamentos de chipanzés que se acreditava reservados aos humanos (como fazer

instrumentos que exigiam aprendizado, compartilhar comida, compor unidades formadas por fêmea e filhotes e usar um elaborado sistema de comunicação). Na antropologia, Richard Lee, inclusive um dos editores da influente obra *Man, the Hunter* de 1968, estudava economia e subsistência dos *!Kung* do Kalahari, e acabou tendo que focar sua etnografia nas mulheres porque elas eram centrais naquele sistema econômico. Elas carregavam os bebês durante os três primeiros anos de vida; saíam em expedições para captação de alimentos que compartilhavam em suas famílias; usavam ferramentas; produziam recipientes de material perecível para transporte de alimentos; ocasionalmente matavam pequenos animais e indicavam aos homens os locais onde viam animais em suas expedições. Paralelamente, estudos de dentição de homínidos sugeriam a presença de alimentos duros e resistentes, que exigiam uma mastigação intensa, e os depósitos arqueológicos não mostravam implementos claramente ligados à caça nos depósitos com presença fóssil de homínidos (ZIHLMAN, 1978, 1987). A evidência fóssil e arqueológica permitia questionar a prática da caça entre os primeiros homínidos. As socialmente ativas e participantes mulheres *!Kung* e a organização social flexível e com unidades baseadas em fêmea-filhote dos chimpanzés contrastavam com os estereótipos ocidentais classe média de família nuclear e de mulher que operavam como pressupostos das inferências sociais do papel fundamental da caça na evolução.

A teoria da coleta é revisionista e alternativa. No lugar dos babuínos agressivos do modelo do macaco assassino, Zihlman usava o comportamento dos chimpanzés, o primata mais próximo do ponto de vista genético, como base para pensar um antepassado pré-homínido. A teoria da coleta enfatiza uma continuidade, no lugar de ruptura, entre os primeiros homínidos e os primatas ancestrais na dieta onívora, no uso de instrumentos, no compartilhamento de comida e na flexibilidade de composição dos grupos. A teoria defendia uma introdução bem posterior da caça, indicada por distinguíveis instrumentos de caça do Pleistoceno médio. Até então, o que haveria na linhagem evolutiva humana seriam evidências de consumo de carne, mas não de caça (BINFORD, 1987, 1991). Os implementos ligados às atividades de coleta, substancial para a sobrevivência dos grupos, poderiam ser de materiais frágeis, como o são entre as mulheres *!Kung* e não teriam fossilizado. A continuidade evolutiva poderia ser discutida ainda na invenção da agricultura a partir das interações acumuladas com a coleta, tomando-se a presença de paus de cavar e padrões de coleta entre os chimpanzés (ZIHLMAN, 1987).

Decerto que a hipótese da ‘mulher, a coletora’, rompe com a rígida monogamia e subordinação das mulheres aos homens pressuposta no paradigma da caça. Todavia, mesmo considerando que as fêmeas homínidas tinham “grande mobilidade, obtinham comida, compartilhavam o que recolhiam e eram centrais na socialização de jovens e adultos” (ZIHLMAN, 1987:15), a teoria da coleta mantém inalterado o fundamento lógico da divisão do trabalho baseada no sexo na limitação imposta pelos papéis reprodutores de machos e fêmeas (BALME & BECK, 1993). A manutenção dessas divisões acaba por colaborar, de modo similar ao paradigma da caça, com a naturalização e legitimação de instituições modernas, identificando no passado instituições que são produto de histórias particulares, socialmente construídas e, portanto, questões de relevância política (CONKEY & WILLIAMS, 1991). Nessa linha, a crítica posterior é que o debate entre as teorias da caça e da coleta representam um debate sobre as origens da família nuclear e da divisão sexual do trabalho.

As representações tradicionais de fêmeas nas reconstruções da evolução humana levam a uma rígida designação de ‘papéis das mulheres’ que constroem a sexualidade e comportamento reprodutivo de mulheres no presente. A pervasiva atitude de se manter as fêmeas como participantes invisíveis ou servas dos machos ao longo da pré-

história impõe uma barreira às nossas ancestrais similar aos limites da mobilidade ocupacional de mulheres contemporâneas dentro e fora das disciplinas acadêmicas (ZIHLMAN, 1997). Culturas da ciência produzem visões de fêmeas e do gênero que são disseminadas na sociedade e afetam os valores comuns de disciplinas científicas particulares (KELLER, 2006:29-30). De acordo com Londa Schiebinger (2001), as arqueólogas feministas insistem, mais do que em outros ramos das ciências, na relação entre a estrutura generificada da disciplina e o conhecimento produzido. Um dos instrumentos retroalimentadores dessa relação é a busca de origens, uma das maiores e mais prestigiosas questões de pesquisa na arqueologia, que dispõe de pouco espaço para análises de gênero ou mulheres (CONKEY & WILLIAMS, 1991; CONKEY, 1993). A busca por origens é fundada em um discurso calcado em termos universais que revela a crença de que somos mais que o produto da nossa história e que "nossos sistemas de gênero são primordiais, transhistóricos e essencialmente imutáveis em suas raízes" (ROSALDO, 1995:7).

Assimetrias de gênero também atuam na determinação do que conta na produção de 'prova' arqueológica. Nas últimas décadas do final do século XX, auge da popularidade (com ajuda de George Lucas, Steven Spielberg e Harrison Ford) do mito do arqueólogo cowboy, a pesquisa das origens da ocupação do continente americano gozava de alto status acadêmico e nos Estados Unidos era conduzida principalmente por homens. Na avaliação de Joan Gero, na penúltima década daquele século 90% das pesquisas de campo eram conduzidas por eles. Fieis à adequação do paradigma da caça ao da fabricação de instrumentos, valorizavam os implementos padronizados de caça dos sítios paleoindígenas, tipicamente interpretados como de produção e uso masculinos, negligenciando a maior parte das evidências do trabalho com a pedra. Por outro lado, enquanto as arqueólogas representavam apenas 20% da comunidade acadêmica da época, elas respondiam por metade das pessoas que estudavam macro e microvestígios de uso nos conjuntos líticos paleoindígenas 'desprezados' por não serem diretamente ligados à caça: lascas usadas brutas e outros instrumentos informais encontrados em locais de moradia e outras atividades não ligadas ao abate de grandes animais, peças que poderiam ter sido usadas mais frequentemente por fêmeas (GERO, 1991, 1994, 2000).

As assimetrias de gênero que permeiam o campo da arqueologia são muitas e variadas. Quando se trata de inovações tecnológicas de importante significado histórico que teriam sido levadas a cabo por fêmeas e crianças – como a agricultura e cerâmica – o costume é o não reconhecimento e o não destaque da participação delas. Patty Watson & Mary Kennedy (1991) chamaram a atenção para o fato de que, por toda a parte, as mulheres têm sido as cultivadoras de alimentos — exceto no mundo industrial contemporâneo. A associação entre mulheres e plantas está firmemente estabelecida nos estudos arqueológicos, antropológicos e evolutivos. Mas quando se trata de discutir a invenção da agricultura, as mulheres desaparecem do quadro e a coevolução de pessoas e plantas é vista como automática e natural.

Várias das assimetrias antes discutidas seguem persuasivas nas arqueologias que no Brasil lidam com os passados dos povos originários. Enquanto a maioria das pesquisas das ocupações humanas pioneiras já abandonou o foco mantido até a virada do século nos instrumentos padronizados e na dieta baseada na caça, seguimos ainda lidando com um quadro referencial subjacente onde a colonização humana do novo território parece ter sido obra principalmente de machos. Mesma coisa nos estudos de grupos ceramistas: apesar do consenso baseado na informação etnohistórica e etnográfica que as cerâmicas eram produzidas por fêmeas nos mundos indígenas pré-invasão europeia, pouca ou nenhuma diferença esse pressuposto parece fazer nos

estudos arqueológicos. Até o final do século passado ou até mais recentemente, a arqueologia de grupos agricultores teve como foco principal os estudos tecnológicos cerâmicos. A caça não era esperada naqueles contextos, uma vez que a cerâmica era (muitas vezes ainda é) tomada como indicativo direto de agricultura. Então, na presumida ausência das valorizadas ferramentas de caça, o lítico recebeu pouca ou nenhuma atenção. A demora da arqueologia brasileira em atentar para o estudo dos objetos líticos e sobre outras matérias dos grupos agricultores é um dos efeitos dos paradigmas subjacentes do 'homem, o caçador' e do 'homem fabricante de instrumentos'.

O que importa notar é que, tanto em contextos caçadores coletores quanto pescadores, agricultores etc., a evidência material vai informar sobre várias e não apenas uma das atividades do grupo. O foco das pesquisas nos grandes processos, sejam evolutivos, tecnológicos ou sociais, é que leva a privilegiar uma ou algumas atividades sobre as demais. Se os estereótipos contemporâneos de gênero são inúteis no sentido de não contribuírem para explicar outros mundos, identificá-los e rejeitá-los é fundamental no processo de desaprendizado das categorias monolíticas generificadas difundidas como pressupostos nos meios acadêmicos.

Os discursos científicos sobre o passado têm essa habilidade para naturalizar (associar universalmente com o humano, o biológico, a natureza) o que de outro modo seriam comportamentos e concepções modernas. Então os discursos arqueológicos potencialmente contribuem com a permanência desse pensamento quando, mesmo que inadvertidamente, inserem no passado as assimetrias modernas de sexo e gênero. As narrativas arqueológicas desse tipo, exemplificadas nas páginas anteriores, se dispersam para fora dos contrafortes disciplinares e alcançam amplos setores da sociedade, informando que a hierarquia entre machos e fêmeas, a divisão sexual do trabalho e a família nuclear heteronormativa são características próprias do humano, que acompanham sua evolução e que desvios do padrão são anomalias. Essa metanarrativa está em boa parte dos materiais didáticos do ensino fundamental e médio. Narrativas arqueológicas que estabelecem, implícita ou explicitamente, relações antagônicas entre homens e mulheres definidos rigidamente através de papéis e comportamentos sociais e sexuais, estão contribuindo com o assédio, *bullying* e violência física contra meninas e contra crianças e adolescentes que não se enquadram nos comportamentos naturalizados. O Brasil ocupa as inglórias posições mundiais de país onde mais se mata pessoas trans e travestis e de quinto país com o maior índice de feminicídio. Obviamente é preciso intervir também a partir da educação formal, mas essa responsabilidade não é apenas de educadoras, educadores e familiares. Embasando os conteúdos dos materiais didáticos das escolas estão as pesquisas e reflexões de cientistas e intelectuais. Nossas pesquisas, portanto. Todos os campos da ciência têm responsabilidades que precisam ser assumidas em suas respectivas práticas disciplinares.

RESPONSABILIZAÇÃO E DESCOLONIALIDADE

Como já mencionado, teóricas feministas das ciências e das técnicas apontam para a emergência da ciência moderna num contexto de crise do gênero em alguns países da Europa nos séculos XV e XVI. Esse período coincide também com o início da colonização das Américas e Caribe, indicando como gênero, ciência e colonialismo estão correlacionados no pensamento moderno, justificando-se uns aos outros. Uma influente discussão entre as feministas descoloniais de grande relevância à pesquisa arqueológica diz respeito ao sistema corrente de gênero ser uma imposição colonial ou não (para exemplificar o debate, ver LUGONES, 2007; SEGATO, 2012; COSTA, 2014).

A questão foi aberta pela argentina Maria Lugones, que argumenta não encontrar, no pensamento e cosmologias indígenas e yorubá, as categorias e classificações do gênero atuantes no pensamento moderno. Por outro lado, ela aponta como essas categorias se constituíram desde os inícios da colonização das Américas e Caribe a partir da divisão entre humanos e não humanos, os primeiros civilizados e os últimos selvagens. Com o projeto civilizatório do cristianismo lidando com não humanos selvagens colonizados e a ciência colonizando a natureza, o colonialismo teria imposto sua ontologia e cosmologia crivada de dicotomias hierarquizadas aos povos colonizados.

A descolonialidade é um projeto ligado à história da colonização da América Latina e Caribe do século XVI ao presente. Os efeitos dessa colonização constituem a 'diferença colonial', o lugar de fala daquelas e daqueles que optam, em suas abordagens, por se desligar das epistemologias eurocêntricas, questionando doutrinas e métodos autorizados, em favor de conhecimentos e paradigmas fronteiriços. Diferença colonial também é o lugar de enunciação de quem enfatiza em suas abordagens a colonialidade do poder (a continuidade das relações coloniais de poder) através das categorias de gênero, raça e classe (COSTA, 2014, MIGNOLO, 2012, BALLESTRIN, 2013). Pioneira das discussões sobre descolonialidade do saber e do corpo, na década de 1980 a saudosa ativista negra e feminista brasileira Lélia Gonzalez cunhou a expressão *amefricanidade* para pensar a experiência negra e ameríndia nas construções culturais do continente:

As implicações políticas e culturais de Amefricanidade (...) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, lingüístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: a América como um todo (sul, central, norte e insular). (...)

Para além de seu caráter puramente geográfico, a categoria de amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) (...).

Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a de dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo. (...) Seu valor metodológico, a meu ver, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo (GONZALEZ, 1988a:76-77).

A diáspora africana e o extermínio das populações ameríndias são as bases sobre as quais Lélia Gonzalez cunha a categoria de amefricanidade. Para ela não há algo como América *Latina*, posto que o que predominam aqui são elementos culturais e lingüísticos africanos e ameríndios; o que há é a negação, decorrente do racismo, da presença afro-ameríndia. Recuperando histórias de resistência e luta de povos colonizados contra as violências da colonialidade, Gonzalez propõe pensar as culturas indígenas e africanas desde dentro, afastando-se de interpretações centradas no pensamento moderno eurocentrado. Sua abordagem de amefricanidade interliga "racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos" (GONZALEZ, 1988a:71).

Várias feministas, Lélia Gonzalez (1988b) incluída, chamam a atenção para a localização do patriarcado moderno e do sistema de gênero no capitalismo e colonialismo. Maria Lugones (2007, 2012, 2014) discute a constituição desse sistema na colonização, a partir da imposição da distinção entre humano e não humano, acompanhada por outras distinções dicotômicas e hierárquicas, incluindo homens e mulheres:

Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas (LUGONES, 2014:936).

O colonialismo impôs uma ontologia e uma cosmologia. Na distinção colonial entre humano e não-humano, sexo foi isolado, gênero e sexo não podiam ser ao mesmo tempo inseparavelmente vinculados e racializados, de modo que "o dimorfismo sexual converteu-se na base para a compreensão dicotômica do gênero, a característica humana" (LUGONES, 2014:937). Aceitar que a distinção dicotômica e hierárquica entre homens e mulheres se relaciona às concepções modernas de humano e da relação entre natureza e sociedade leva a considerar que tais categorias e concepções podem não servir para o entendimento das relações sociais estabelecidas em coletivos não modernos.

Nesse sentido, uma das questões centrais para a arqueologia brasileira atual é a necessária demolição da separação erigida entre as populações indígenas e as evidências materiais de suas histórias enquanto povos originários. O gesto de separação nega os significados nativos e expropria seus referentes, ao mesmo tempo infundindo, nas evidências arqueológicas, novos significados para uma história coletiva ('nacional', senão 'humana') construída sobre uma dicotomia que "valoriza as sociedades indígenas do passado enquanto condena sua contraparte contemporânea" (GNECCO, 2009:16). Essa negação da existência de outros pressupostos ontológicos é a colonialidade, a tentativa de controle da existência de outros mundos. Se colonialidade do poder e modernidade são eixos inseparáveis no funcionamento do sistema de poder capitalista que aportou na colonização das Américas (QUIJANO & WALLERSTEIN, 1992), a intersecção gênero-raça é um construto central desse sistema posto que é através dela que as relações coloniais de poder se mantêm (LUGONES, 2007, 2014). Raça e gênero não são, todavia, operações independentes: raça é construída de modo generificado enquanto o gênero é racializado (LUGONES, 2008).

Neutralizar as dinâmicas de poder e hierarquias sociais que caracterizam a ciência como prática dominante envolve o engajamento com conhecimentos e modelos explicativos não modernos e, principalmente, envolve engajamento com as lutas sociais contemporâneas. Me parece não ser mais necessário longas argumentações para defender que a arqueologia é praticada no presente e que, a partir daí, tece suas narrativas sobre passados distantes ou recentes, ou mesmo sobre o contemporâneo. A ambiguidade e a inexactidão que as feministas na ciência defendem não vêm para recusar acriticamente os conhecimentos ditos objetivos, mas para indicar que esses conhecimentos são situados, produzidos por pessoas corporificadas, marcadas por raça, classe, sexo, gênero (e mais) e que a posição hierárquica que o "conhecimento verdadeiro" ocupa resulta de muito esforço e investimento na ocultação de sua situacionalidade sob o manto de transcendência e transparência da neutralidade científica. A insistência feminista na ambiguidade sugere posicionar assumidamente a pesquisa em perspectivas antirracistas, não masculinistas e não eurocentradas, menos como meio de produção de novos pressupostos e mais como guia para reflexões transformadoras. O empirismo, tão caro à arqueologia, é igualmente importante à

teoria feminista, mas radicalizado a modo de insistir que primeiro devemos esvaziar-nos de pressupostos teóricos opressivos (racistas, sexistas e elitistas) para aprender com e durante a pesquisa (sobre o ‘esvaziamento teórico’ para uma abordagem empírica que possibilite considerar outras ontologias, ver também HOLBRAAD, 2012).

Há décadas temos disponíveis em vários idiomas, incluindo o português, o pensamento de mulheres negras, sejam feministas ou não. A questão é a pouca entrada que essa literatura tem na arqueologia brasileira (de volta à discussão que abre esse texto, uma das nossas dificuldades é articular nossos comprometimentos políticos com os compromissos teórico-metodológicos que assumimos em nossas pesquisas). Finalmente, também começam a circular, com mais vigor, textos de escritoras indígenas. Para citar alguns exemplos, Tara Million (2005a,2005b) discute teoria e metodologia arqueológica a partir de um lugar de fala indígena (Cree e Stoney) e inclusive discute as considerações feministas da arqueologia sobre gênero em contextos indígenas. Vanessa Watts (2013), igualmente, contrapõe a ontologia e epistemologia modernas às concepções Mohawk e Anishnaabe de social onde o que parece ter relevância, na articulação de relações entre humanos e não humanos, não é o gênero estabelecido de modo fixo e dicotômico, mas o corpo, definido como materialidade engajada no mundo.³ Vanessa Watts e Tara Million inserem os desejos e necessidades políticas da terra e suas criaturas em suas reivindicações, articulando-os em uma política que definitivamente não é apenas humana, mas uma cosmopolítica indígena, como quer Marisol de La Cadena (2010). Essas autoras expressam uma ruptura epistêmica significativa que claramente subverte a distinção ontológica natureza/cultura própria da modernidade. Um olhar atento a como a diferenciação entre machos e fêmeas é operada em outras ontologias e cosmologias pode levar a considerações sobre indivisibilidade e indissociabilidade entre humanos e não humanos e entre corpo e território muito mais interessantes para os povos indígenas e para a arqueologia que a estrutura de categorização dicotômica e assimétrica que ainda vigora na disciplina. A questão é que a despatriarcalização não acontecerá sem descolonização antirracista e a descolonização não acontecerá de fato enquanto não neutralizarmos a dicotomia hierárquica homem-mulher, macho-fêmea própria do pensamento colonial (LUGONES, 2012:129).

Lélia Gonzalez também é pioneira na crítica à universalidade da categoria ‘mulher’ e às assimétricas relações de gênero entre mulheres decorrentes desse universalismo. Defendendo que racismo e sexismo são eixos estruturantes de opressão e exploração, Gonzalez argumenta que os processos de violência e exclusão das amefricanas negras e indígenas são invisibilizados por abordagens que desvinculam gênero de raça/etnia. Preocupada, como Frantz Fanon (2008), com os efeitos psicológicos do colonialismo, Gonzalez aponta o racismo introjetado nas ciências sociais e humanas no Brasil, entendendo que a resistência em incorporar as categorias de raça e sexo nas análises se trata, de fato, de uma *insistência em esquecer-las* (1984:232).

Mas como a atenção à interseccionalidade pode se traduzir metodologicamente na pesquisa arqueológica? Os estudos de vida cotidiana e de micro e média duração são apontados por várias feministas como um meio de escapar das grandes e homogêneas categorizações. Como já exposto, a arqueologia feminista tem contestado e problematizado os pressupostos normativos de família e divisão sexual do trabalho que permeiam a disciplina e o pensamento científico em geral. Também na arqueologia

³ Apesar de discordâncias acerca da presença ou não de relações patriarcais antes da colonização européia, as formulações de Lorena Cabnal (2010), indígena maya-xinka, têm essa mesma articulação visceral corpo-terra-território que se lê em Vanessa Watts e Tara Million.

histórica a rejeição das grandes narrativas e dos grandes processos realiza-se na ênfase de estudos de atividades cotidianas e em menores recortes cronológicos. A vida cotidiana é um ponto de partida privilegiado para o conhecimento situado, colocando em foco os aspectos de gênero da vida social e formas de entendimento que normalmente permanecem obscurecidas pelo foco normativo das ciências sociais convencionais (FRANKLIN, 2001; BATTLE-BAPTISTE, 2011). Essas pesquisas põem em cheque outro conceito caro à arqueologia: a esfera doméstica. Assim como ‘família’, ‘esfera doméstica’ é uma noção baseada no ideal burguês clássico que se naturaliza com sua projeção no passado.

O ideal burguês de domesticidade carrega visões normativas de mulher e de família, valores e distribuição de tarefas que impedem análises adequadas, por exemplo, de contextos de pessoas escravizadas ou trabalhadoras. Angela Davis (2005) chama a atenção para o fato que a ideologia da feminilidade é burguesa e que, ao mesmo tempo em que conferia à mulher burguesa o selo da inferioridade frente ao homem branco e abastado, também permitia que tais mulheres conquistassem poder através do consumo e da subalternização de pessoas, principalmente outras mulheres, negras ou pobres. Se a colonialidade atribui às fêmeas colonizadas a condição de inferioridade frente ao homem branco, não lhes concede os mesmos privilégios que às mulheres brancas e burguesas (LUGONES, 2008). Ao longo da propagação da ideologia da feminilidade, as mulheres das classes médias e altas ganharam em autonomia e mobilidade, o que facilitou seu posterior acesso mais livre ao mercado de trabalho (CARVALHO, 2008). Mas para mulheres escravizadas, mulheres negras e mulheres pobres, essas ideias faziam pouco sentido, como bem exposto por Sueli Carneiro (2003: 2):

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... (...)

Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou mulatas tipo exportação.

Inclusive os modelos tradicionais de família, tal como se estruturavam na África, ‘explodiram’ sob a escravidão. O tráfico de pessoas podia separar mães de suas crianças, casais e irmãos. Sob os efeitos da escravidão, surgiram estruturas familiares alternativas, formadas não apenas por laços de sangue, mas por laços de afeto e cooperação. E as atividades cotidianas no lar eram vitais na vida social dessas pessoas. Era nessa experiência diária que elas conservavam sua vida familiar, desfrutavam da autonomia que era possível e, resistindo às tentativas colonizadoras de convertê-las em meras unidades de trabalho, criavam e humanizavam seu meio, forjavam um mundo para si (DAVIS, 2005; CARNEIRO, 2003). A intimidade do lar estava diretamente ligada à produção cultural e formação de identidades negras sob a escravidão, facilitando a geração de autonomia e sensação de segurança. Muito se tem discutido nos últimos anos sobre as estruturas alternativas dos lares de africanos e afrodescendentes nas Américas como efeitos dos limites e constrictões da escravidão. Parentesco não sanguíneo, gravidez fora do casamento, distribuição da responsabilidade pelas crianças e produção centrada na mulher são alguns elementos destacados destas estruturas alternativas (DAVIS, 2005; FRANKLIN, 2001; BATTLE-BAPTISTE, 2007). Lares alternativos, famílias alternativas. Nesses espaços, as mulheres escravizadas tomaram

pra si o estabelecimento de redes sociais que coletivizavam o cumprimento de tarefas cotidianas e as atividades de cuidado e saúde, desempenhando um papel fundamental na reprodução social, ensinando meninos e meninas estratégias de sobrevivência, práticas culturais e a negociação de identidades racializadas, generificadas e de classe (FRANKLIN, 2001:113-114). Uma arqueologia feminista da experiência da diáspora africana e da colonialidade pode focar prioritariamente na identificação dos efeitos estabilizadores dos arranjos sociais (humanos e materiais) próprios dos grupos subalternizados sob a colonização e sua insurgência. Novamente apelando às palavras de Lélia Gonzalez (1984:225):

(...) sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais. Os textos só nos falavam da mulher negra numa perspectiva sócio-econômica que elucidava uma série de problemas propostos pelas relações raciais. Mas ficava (e ficará) sempre um resto que desafiava as explicações.

Maria Lugones sugere uma noção empírica de ‘intimidade’ para fugir das dicotomias do sistema moderno colonial de gênero. Por intimidade ela entende a “vida social entretida entre pessoas que não estão atuando como representativas ou autoridades”, mas interagindo de modo próximo e cotidiano (LUGONES,2014:936). Tal como Lélia Gonzalez, pensando na metodologia da descolonialidade Lugones aponta a necessidade de estudos da experiência colonial desde dentro, lendo o social a partir das cosmologias que o informam. Porque é a partir de dentro que se resiste à colonialidade do gênero: no passar de mão em mão e de boca em boca as práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas que constituem a pessoa, uma forma de compreender o mundo e de viver nele que é compartilhada, que afirma a vida e o comunalismo no lugar do lucro e do individualismo, “o estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente” (LUGONES, 2014:949). O componente metodológico da crítica requer que desloquemos o foco daquelas interações que têm confirmado o sucesso do colonialismo e do capitalismo em favor das práticas que atuaram e atuam, persistentemente, na existência e repúdio ao racismo, sexismo e opressão impostos pela colonialidade.

PARA NÃO ENCERRAR - ARQUEÓLOGAS BRASILEIRAS EM PAUTA

Deslocando o foco da crítica dos discursos e narrativas para as práticas da arqueologia brasileira, quais são suas condições estruturantes no que se refere às relações de sexo e gênero e qual a influência das arqueólogas nos processos de construção e comunicação científica da área? Qual espaço dado a ‘mulheres’ como tema de pesquisa ou ao gênero como categoria de análise na arqueologia brasileira? Que reconhecimento temos como sujeitas produtoras de conhecimento, como cientistas propriamente? Essas e outras inquietações têm levado, a mim e a colegas, a investir na coleta e organização de dados que permitam refletir sobre as relações de sexo e gênero na arqueologia brasileira. Assim, nos últimos anos temos investigado a produção intelectual, a composição sexual da comunidade científica, a autoria em publicações em periódicos de grande circulação e as indicações bibliográficas dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação em arqueologia. Os resultados da pesquisa são desalentadores, sugerem que compomos uma comunidade científica composta por tantas ou mais mulheres que homens, mas produzimos uma arqueologia (desde a formação de pessoas à produção e circulação de conhecimento) ainda masculinista e colonialista; que

assimetrias de sexo e gênero têm sido naturalizadas, reificadas e reproduzidas na nossa prática cotidiana de modo involuntário e inconsciente.

Por um lado, atualmente a ‘comunidade arqueológica’ mostra equiparação entre arqueólogas e arqueólogos, ou ligeira vantagem para uma ou outro, em vários indicadores, desde autoria em publicações em periódicos de grande circulação (Revista de Arqueologia, Clio-Série Arqueológica e Revista do MAE), à composição sexual dos quadros de associados da Sociedade de Arqueologia Brasileira e distribuição de bolsas de produtividade pelo CNPq (RIBEIRO *et al.*, no prelo). Sabemos que a arqueologia brasileira não tem uma trajetória de lenta entrada de arqueólogas em seu quadro profissional. Diferentemente de países da Europa e dos Estados Unidos, onde mulheres levaram décadas para de fato ocuparem lugar na arqueologia, tanto numericamente quanto em termos de reconhecimento expressivo, e onde ainda há rincões dominados por homens (BEAUDRY & WHITE, 1994; HUTSON, 2006), aqui temos arqueólogos como referência ao menos desde meados do século passado, onde se destaca, por exemplo, a influência de Betty Meggers na formação de toda uma geração de profissionais.⁴

Por outro lado, também sabemos que, ainda que não seja uma preocupação constante na pesquisa arqueológica brasileira, gênero já não é um tema inédito ao menos desde os anos de 1990. Um levantamento em andamento da produção bibliográfica da área (por enquanto apenas livros, capítulos e artigos completos em periódicos), focado na entrada do gênero como problema central de pesquisa ou uso da crítica feminista como aporte para discussões, tem mostrado que, desde então, cerca de meia centena de títulos foram publicados (ver, dentre várias outras produções, inclusive das mesmas pessoas, LIMA, 1995; WUST & VAZ, 1998; RODRIGUES-CARVALHO & SOUZA, 1998; LANDA, 1999; SCHAAN, 2001; SENE, 2003; PESSIS, 2005; ZARANKIN & SALERNO, 2008/2009; DOMINGUES *et al.*, 2009; ESCORCIO & GASPAS, 2010; SILVA *et al.*, 2011; FUNARI & CARVALHO, 2012; PINTO, 2012; LIMA *et al.*, 2012; FEITOSA, 2012; RIBEIRO, 2013; BÉLO, 2014; FREDEL, 2015; etc.)⁵. Decerto que a produção específica é ainda incipiente, mas ela existe. Os dados inclusive sugerem que o interesse pontual surgido (tardamente) no final do século passado cresceu nos anos seguintes até o que parece ser um *boom* de publicação nos últimos sete anos, quando se publicou sobre sexo-gênero e temáticas correlatas tanto ou até mais que nos quinze anos anteriores.

Pensando na arqueologia do futuro, que circulação e aproveitamento essa bibliografia brasileira sobre gênero e crítica feminista nacional ou internacional tem na formação de estudantes? Como a equivalência numérica entre homens e mulheres na comunidade científica se expressa quando avaliamos a valorização das produções bibliográficas da arqueologia brasileira no ensino superior? A contar pelo que temos ensinado nos cursos de graduação em arqueologia, lemos mais textos de homens (principalmente estrangeiros) que de mulheres. Isso fica nítido na análise bibliométrica

⁴ Sozinho, o imperialismo científico não dá conta de explicar a importância de Betty Meggers na arqueologia brasileira. No contexto de suas viagens ao Brasil nas décadas de 1950 e 1960, Meggers é um exemplo paradigmático da impossibilidade dos sujeitos de ciência fixos, imutáveis e definidos por papéis sociais e sexuais. Ela é uma das várias notáveis arqueólogas que ao longo do século XX conquistaram uma posição tipicamente masculina no mundo acadêmico – o de heroína da ciência, mesmo tendo (e não pelo fato de ter) um marido arqueólogo (SOMBRIO, 2016).

⁵ O levantamento não inclui a produção das arqueologias clássica e do mundo antigo baseada em análises de cultura material, mais articuladas ao campo dos estudos clássicos e em grande proximidade com a historiografia onde os estudos de gênero já têm uma posição consolidada e legitimada. Relacionados a essa produção foram observados na pesquisa bibliográfica – que, diga-se de passagem, não os tinha por objetivo – outros quarenta títulos ou mais. É principalmente nesse sub-campo que surgem, na segunda década deste século, as discussões sobre masculinidade, homossexualidade e a crítica queer (ver, p. ex., CERQUEIRA, 2011; PINTO, 2012).

das indicações bibliográficas de disciplinas que compõem os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs)⁶ que norteiam o ensino de graduação em arqueologia no país. Os números são extremamente baixos no que se refere à indicação de literatura produzida por arqueólogas, independente da temática ou orientação teórica.

No que se refere às teorias feministas, elas são praticamente ignoradas nas indicações bibliográficas. Das mais de quatro mil e duzentas ocorrências bibliográficas contabilizadas nos projetos pedagógicos de dez cursos, apenas vinte e uma são obras ligadas a gênero e crítica feminista, ainda que distribuídas em seis dos PPCs analisados. Da meia centena de obras da produção específica brasileira antes mencionada, apenas seis títulos aparecem nos PPCs, consistindo em nove ocorrências.⁷ Mas realmente chocante é o fato de que menos de um terço (27%) do total de ocorrências de indicações bibliográficas corresponde à literatura produzida por mulheres ou com sua participação em coautoria. Os restantes 73% de indicações se dividem em 30% de autores brasileiros (ou radicados) e 43% de autores estrangeiros no total. E as arqueólogas brasileiras (ou radicadas) ocupam apenas uma quinta parte (20%) do total de indicações bibliográficas dos dez PPCs estudados (análise detalhada dos dados do levantamento em Ribeiro *et al.* no prelo).

Tomados em conjunto, os PPCs de arqueologia mostram um consenso implícito de que não apenas as discussões feministas, mas também as discussões conduzidas por mulheres não são relevantes para o ensino e formação em arqueologia no Brasil. Não é novidade dizer que a academia brasileira segue resistente à crítica feminista e suas pesquisadoras, nem que essa relutância se origine no viés masculinista, patriarcal e elitista que ainda domina as ciências (HOLLANDA, 2003). Discutindo a relutância da cultura letrada brasileira em assumir os feminismos como prática transformadora, Rita Schmidt chama a atenção para o receio, presente no inconsciente político, da desestabilização de valores profundamente enraizados, “uma vez que a crítica feminista, na sua heterogeneidade epistemológica, participa do projeto ontológico de desmantelamento de reivindicações de autoridade e privilégio cultural/patriarcal cristalizadas em representações historicamente situadas” (SCHMIDT, 2006:784).

O estudo dos projetos pedagógicos dos cursos de arqueologia oferecidos no Brasil mostra como a disciplina permanece materializando as estruturas institucionais das desigualdades de gênero na academia. O efeito possível dessa discrepância na formação acadêmica das próximas gerações é a invisibilização do trabalho das arqueólogas e a desvalorização de nossas contribuições. Não é pouca coisa. Uma arqueologia onde sexo-gênero é invisível nas representações do passado, na formação acadêmica e na prática científica nunca será capaz de contribuir com explicações de mundo, retomando a ampla definição de ciência que eu usei no início, que permitam a geração e o bem viver de outros corpos. Ao sustentarmos nossas pesquisas, reflexões e prática disciplinar em teorias e ideias que atualizam e mantêm o viés masculinista e racista da ciência estamos contribuindo com a produção de significados de gênero opressivos e excludentes. Sem nos darmos conta, estamos participando da invisibilização de sujeitos colonizados do passado e do presente, incluindo a nós mesmas, nossos trabalhos e reflexões.

⁶ O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um documento obrigatório para o credenciamento do curso no MEC e serve como referência, como norteador do ensino e aprendizagem proposto para uma determinada graduação. Exatamente por esse motivo é um bom material para a crítica feminista: ele permite identificar e discutir os conteúdos teóricos e obras considerados significativos (ou não) para constarem no documento oficial de planejamento do curso (Ribeiro *et al.*, no prelo).

⁷ As produções específicas da arqueologia clássica e do mundo antigo, aparentemente mais frequentes que da arqueologia brasileira, também não aparecem nos PPCs. Apenas um título foi observado, incluído nas nove ocorrências citadas no corpo do texto.

Tanto ciência quanto gênero são efeitos de relações. Relações materiais, sociais e simbólicas, na nossa sociedade, assimétricas e saturadas de poder; relações que são constituídas e sustentadas por práticas naturais culturais heterogêneas. Nem gênero, nem ciência preexistem a tais práticas e, portanto, a supressão da opressão de gênero racializada capitalista que impera na ciência e no pensamento moderno somente se dará na *práxis* (HARAWAY 2004b; LUGONES, 2007, 2014). Precisamos nos reconhecer na nossa história e na história da nossa disciplina. A escolha está aberta: podemos nos preferir eurocentradas e brancas, mesmo que sejamos pardas, negras, indígenas; podemos nos preferir genericamente oprimidas como 'mulher' ou membro de uma cultura de resistência (GARGALLO, 2007). Mas resistência não é o objetivo da luta política - é sua condição de possibilidade e não se resiste sozinha. As coletividades às quais podemos aderir obviamente incluem, mas vão além de arqueólogas. A noção de arqueologia como estudo de objetos do passado, isolados e desligados de vozes e subjetividades do presente, nos impede de aprender com outros sujeitos e sujeitas que resistem à colonialidade do gênero. Indígenas, quilombolas, pescadoras, comunidades de periferia e outros coletivos marcados por raça, classe, sexualidade e posição na colonialidade entendem mais de comunalismo, coalizão, resistência e insurgência que cientistas e intelectuais da classe média. O hábito epistemológico moderno de apagamento das diferenças, ao qual aderimos performativamente, também nos nega subjetividade, voz e legitimidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALLESTRIN, Luciana. 2013. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11, p. 89-117.
- BALME, Jane; BECK, Wendy. 1993. Archaeology and Feminism: Views on the Origins of the Division of Labour. In du Cros, Hilary, and Laurajane Smith, eds. *Women in Archaeology: A Feminist Critique*. Canberra: Department of Prehistory, Australian National University.
- BATTLE-BAPTISTE, Whitney. 2007. "In This Here Place": Interpreting Enslaved Homeplaces. In OGUNDIRAN, Akin & FALOLA, Toyin. *Archaeology of Atlantic Africa and the African Diaspora*. Indiana University Press, pp. 233-248, Bloomington and Indianapolis.
- BATTLE-BAPTISTE, Whitney. 2011. *Black Feminist archaeology*. Left Coast Press, Walnut Creek.
- BEAUDRY, Mary; WHITE, Jacquelyn. 1994. Cowgirls with the blues? A study of women's publication and the citation of women's work in Historical Archaeology. In CLAASSEN, Cheryl. *Women in Archaeology*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 138-158.
- BÉLO, Tais Pagoto. 2014. Um estudo preliminar sobre Boudica e a memória coletiva britânica. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 11, p. 105-121.
- BINFORD, Lewis. 1987. The Hunting Hypothesis, Archaeological Methods, and the Past. *Yearbook of Physical Anthropology, American Journal of Physical Anthropology*, Supplement, 30:1-9.
- BINFORD, Lewis. 1991. Era o homem um caçador poderoso? In: BINFORD, L. *Em busca do passado. A descodificação do registro arqueológico*. Publicações Europa-América, Mem Martins, p. 45-75.
- BRAH, Avtar. 2006. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-376.
- BUTLER, Judith. 2006. *Deshacer el género*. Barcelona/Buenos Aires/México: Ediciones Paidós Ibérica.
- CABNAL, Lorena. 2010. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Las Segovias: ACSUR, p. 11-25.
- CARNEIRO, Sueli. 2003. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In Ashoka Empreendimentos Sociais & Takano Cidadania (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, pp. 49-58.
- CARVALHO, Aline. V.; SILVA, Bruno. S. R. 2013. Arqueologia e socialização do conhecimento: Indiana Jones, mostre-nos o que sabe. *Ciência e Cultura*, v. 65, p. 45-48.

- CARVALHO, Vânia Carneiro de. 2008. *Gênero e artefato*. O sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920. Edusp, FAPESP, São Paulo.
- CERQUEIRA, Fábio V. 2011. Homoerotismo, sedução e violência na Grécia antiga. Presentes e raptos, visões da pederastia na iconografia da cerâmica ática (séc. V a.C.). In: José Geraldo Costa Grillo, Renata Senna Garraffoni, Pedro Paulo A. Funari. (Org.). *Sexo e Violência: realidades antigas e questões contemporâneas*. 1ed.São Paulo: Annablume, FAPESP, p. 73-102.
- CONKEY, Margaret W. 1993. Making the Connections: Feminist Theory and Archaeologies of Gender. In: Hilary Du Cros and Laurajane Smith (eds). *Women in Archaeology: A Feminist Critique*. Canberra: Highland Press, p. 3-15.
- CONKEY, Margaret W.; WILLIAMS, Sarah. H. 1991. Original Narratives: The political economy of gender in archaeology. In: Di Leonardo, Micaela (ed). *Gender at the Crossroads of Knowledge: Feminist Anthropology in the Postmodern Era*. Berkeley: University of California Press, p. 102-139.
- COSTA, Claudia de Lima. 2002. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cad. Pagu*, n.19, p. 59-90.
- COSTA, Claudia de Lima. 2014. Feminismos descoloniais para além do humano. *Estudos Feministas*, 22(3): 320.
- DAVIS, Angela. 2005 [1981]. *Mujeres, raza y clase*. Ed. Akal, Madrid.
- DE LA CADENA, Marisol. 2010. Indigenous Cosmopolitics in the Andes: Conceptual Reflections Beyond "Politics". *Cultural Anthropology* 25.2: 334-370.
- DOMINGUES, Lourdes; FUNARI, Pedro Paulo A.; CARVALHO, Aline Vieira de; RODRIGUES, Gabriella B. (org.). 2009. *Desafios da Arqueologia: Depoimentos*. Erechim-RS: Hábilis, pp 100-106.
- ESCORCIO, Eliana; GASPAS, Maria Dulce. 2010. Um olhar sobre gênero: estudo de caso – sambaqueiros do RJ. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 23(1):72-88.
- FANON, Frantz. 2008. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufba.
- FEDERICI, Silvia. 2004. *Caliban and the Witch*. Women, the body and primitive accumulation. Nova York: Autonomedia.
- FEDIGAN, Linda. 1986. The Changing Role of Women in Models of Human Evolution. *Annual Review of Anthropology* 15:25-66.
- FEITOSA, Lourdes M. G. 2012. Cinema e Arqueologia: leituras de gênero sobre a Pompéia Romana. *Gênero* (Niterói), v. 10, p. 57-68.
- FRANKLIN, Maria. 2001. A Black feminist-inspired archaeology? *Journal of Social Archaeology* 1(1):108-125, London, Thousand Oaks, and New Delhi.
- FREDEL, Karla. 2015. *Arqueologia de Gênero*. Erechim: Hábilis.
- FUNARI, Pedro P. A.; CARVALHO, Aline V. 2012. Gender Relations in a Maroon Community Palmares, Brazil. In: Voss, Barbara and Casella, Eleanor. (Org.). *The Archaeology of Colonialism: Intimate Encounters and Sexual Effects*. New York: Cambridge University Press, p. 252-269.
- GARGALLO, Francesca. 2007. Feminismo Latinoamericano. *Revista Venezolana de Estudios de la Mujer*, 12(28):17-34.
- GERO, Joan M. 1991. Genderlithics: Women's Roles in Stone Tool Production. In: GERO, Joan; CONKEY, Margaret. *Engendering Archaeology*. Women and Prehistory. Oxford: Blackwell, p. 163-193.
- GERO, Joan M. 1994. Excavation Bias and the Woman at Home Ideology. NELSON, Margaret; NELSON, Sarah; WYLIE, Alison (eds). *Equity Issues for Women in Archeology*. Arlington, Va.: American Anthropological Association: Archeological Papers, n° 5:37-42.
- GERO, Joan M. 2000. The Social World of Prehistoric Facts. Gender and Power in Paleoindian Research. In , THOMAS, Julian (Ed). *Interpretive archaeology: a reader*. London/New York: Leicester University Press, p. 304-316.
- GERO, Joan M. 2007. Honoring Ambiguity/Problematizing Certitude. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 14(3): 311-327.
- GNECCO, Cristóbal. 2009. Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la racionalidad. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, 4(1): 15-26.

- GONZALEZ, Lélia. 1984. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244.
- GONZALEZ, Lélia. 1988a. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92/93, p. 69-82.
- GONZALEZ, Lélia. 1988b. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141.
- HARAWAY, Donna. 1995. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cad. Pagu* (5), p.7-41.
- HARAWAY, Donna. 2004a. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu*, 22:201-246.
- HARAWAY, Donna. 2004b. Modest_Witness@Second_Millennium. In: *The Haraway Reader*, New York, Routledge, p. 223-250.
- HARAWAY, Donna. 2009. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. TADEU, Tomaz (org. e trad.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.47-58.
- HOLBRAAD, Martin. 2012. As Coisas enquanto Conceitos: Antropologia e Pragmatologia. In: PEREIRA, Godofredo. *Objetos Selvagens*. Lisboa: INCM, p. 15-29.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. 2003. O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil. In: SUSSEKIND, Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO. *Vozes femininas: gênero, mediações e práticas de escrita*. Rio de Janeiro: 7 Letras/ Fundação Casa Rui Barbosa, p. 15-25.
- HOOKS, bell. 1990. *Yearning: Race, Gender and Cultural Politics*. South End Press, Boston.
- HUTSON, Scott. 2006. Self-Citation in Archaeology: Age, Gender, Prestige, and the Self. *Journal of Archaeological Method and Theory* 13(1):1-18.
- KELLER, Evelyn Fox. 1985. *Reflections on gender and science*. New Haven, Yale University Press.
- KELLER, Evelyn Fox. 2006. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cad. Pagu*, 27:13-34.
- KOIDE, Kelly; FERREIRA, Mariana Toledo; MARINI, Marisol. 2014. Arqueologia e a crítica feminista da ciência - Entrevista com Alison Wylie. *Sci. stud.*, São Paulo, 12(3): 549-590.
- LANDA, Beatriz dos S. 1999. Arqueologia Guarani e Gênero. *Revista do CEPA*, 23(2):240-244.
- LATOUR, Bruno. 1994. *Jamais fomos modernos – ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34.
- LIMA, Danúbia V. Rodrigues de; CASTRO, Viviane M. Cavalcanti de; SILVA, Sergio F. S. M. da. 2012. Arqueologia de gênero: uma análise crítica da construção histórica do passado. *Clio. Série Arqueológica*, 27(2):49-91.
- LIMA, Tânia Andrade, 1995. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 3(1):129-191.
- LIMA, Tânia Andrade. 2003. Estudos de gênero na Arqueologia Brasileira. Por que não? *Habitus*, 1(1):129-139.
- LOPES, Maria Margaret. 2008. Outras leituras sobre a bomba de vácuo. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.15, suplemento, p.295-301.
- LORDE, Audre. 1984. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series.
- LUGONES, María. 2007. Heterosexuality and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*, v. 22(1):186-209.
- LUGONES, María. 2008. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101.
- LUGONES, María. 2012. Subjetividad esclava, colonialidad de género, marginalidad y opresiones múltiples. *Pensando los feminismos en Bolivia*, Serie Foros 2. 1ª ed. La Paz, Conexión Fondo de Emancipación, pp.129-140.
- LUGONES, María. 2014. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3):935-952.

- MERCHANT, Carolyn. 1980. *The Death of Nature: Women, Ecology, and the Scientific Revolution*. Harper Collins.
- MERCHANT, Carolyn. 2006. The Scientific Revolution and The Death of Nature. *The History of Science Society*, Vol. 97, No. 3, pp. 513-533.
- MIGNOLO, Walter. 2012. Decolonizing Western Epistemology/Building Decolonial Epistemologies. In: ISASI-DÍAZ, Ada María; MENDIETA, Eduardo (Eds.). *Decolonizing Epistemologies: Latina/o Theology and Philosophy*. New York: Fordham University Press, p. 19-43.
- MILLION, Tara. 2005a. Comment on "Dwelling at the Margins, Action at the Intersection? Feminist and Indigenous Archaeologies, 2005". *Archaeologies*, 1(1):67-70.
- MILLION, Tara. 2005b. Developing an Aboriginal Archaeology: Receiving Gifts from the White Buffalo Calf Woman. In Claire Smith & Hans Martin Wobst (eds.), *Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice*. Routledge, p.43-55.
- PESSIS, Anne-Marrie. 2005. Arqueologia e gênero: Teoria e Fato Arqueológico. *Clio. Série Arqueológica*, vol. 18, p. 13-25.
- PINTO, Renato. 2012. Museus e diversidade sexual: reflexões sobre mostras LGBT e queer. *Arqueologia Pública*, v. 5, p. 44-55.
- POPPY, Carrie. 2015. 'Lucy' Walked A Lot More Like Us Than We Thought. *TechTimes*, 08/10/2015. <http://www.techtimes.com/articles/92840/20151007/lucy-walked-lot-more-thought.htm>
- POTTER, Elizabeth. 2001. *Gender and Boyle's law of gases*. Bloomington: Indiana University Press.
- QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel. 1992. Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system. *International Social Science Journal*, 134:549-557.
- RIBEIRO, Loredana. 2013. Maria, párvola exposta, Domingos, padre maculado. Ensaio de arqueologia micro histórica. *Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. v. 6, p. 129-180.
- RIBEIRO, Loredana; SILVA, Bruno. S. R.; SCHIMIDT, Sarah. K. S.; PASSOS, Lara. P. No prelo. A Saia Justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Estudos Feministas*.
- RODRIGUES-CARVALHO, Cláudia; SOUZA, Sheila Mendonça de. 1998. Uso de adornos labiais pelos construtores de sambaqui de Cabeçuda, Santa Catarina, Brasil: uma hipótese baseada no perfil dento-patológico. *Revista de Arqueologia*, v. 11, p. 43-55.
- ROSALDO, Michele. 1995. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos*, v. 1, n. 1, p. 11-36.
- SCHAAN, Denise Pahl. 2001. Estatuetas Antropomorfas Marajoara: O Simbolismo de Identidades de Gênero em uma Sociedade Complexa Amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia*, v. 17, n.2, p. 437-477.
- SCHAAN, Denise Pahl. 2006. Is There a Need to (Un)Gender the Past?. In: Vasilikie Demos, Marcia Texler Segal. (Org.). *Gender and the Local/Global Nexus: Theory, Research and Action*. 1ed. Oxford: Elsevier, v. 10, p. 47-64.
- SCHIEBINGER, Londa. 2001. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP:EDUSC.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. 2006. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 765-799.
- SEGATO, Rita Laura. 2012. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos ces* [Online], vol.18, colocado online no dia 01 Dezembro 2012, consultado a 12 Junho 2017. URL : <http://eces.revues.org/1533>.
- SENE, Glaucia Aparecida Malerba. 2003. Rituais funerários e processos culturais: ocaçadores-coletores e horticultores pré-históricos do noroeste de Minas Gerais. *Canindé*, v. 03, p. 105-133.
- SHAPIN, Steven. 1989. The invisible technician. *American Scientist*, New Haven, p.554-563.
- SHAPIN, Steven; SCHAFFER, Simon. 1985. *Leviathan and the air-pump: Hobbes, Boyle, and the experimental life*. Princeton: Princeton University Press.
- SILVA, Sergio F. S. M. da.; CASTRO, Viviane M. Cavalcanti de; LIMA, Danúbia V. Rodrigues de. 2011. Arqueologias do corpo e da sexualidade: possibilidades de estudo sobre morte e gênero na arqueologia brasileira. *Clio. Série Arqueológica*, 26(1):49-91.

- SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. 2006. Em busca pelo campo – Mulheres em Expedições Científicas no Brasil em meados do século XX. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 48, e164809.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 1994. Quem reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Feminismo em tempos pós-modernos*. Rio de Janeiro: Rocco, p. 187-205.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2010. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG.
- STENGERS, Isabelle. 2005. The Cosmopolitical Proposal. *Making Things Public: Atmospheres of Democracy*. Ed. Bruno Latour and Peter Weibel. Cambridge: MIT Press, p. 994-1004
- STRATHERN, Marilyn. 2006. *O gênero da dádiva*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- STRUM, Shirley; Linda Fedigan. 1999. Theory, Method and Gender: What Changed Our Views of Primate Society? In: Shirley Strum, Donald Lindburg, and David Hamburg (eds). *The New Physical Anthropology*, Upper Saddle River, N.J.: Prentice Hall, p.67-105.
- TANG-MARTINEZ, Zuleyma. 2017. Data should smash the biological myth of promiscuous males and sexually coy females. *The Conversation*, 6p. Disponível em <https://theconversation.com/data-should-smash-the-biological-myth-of-promiscuous-males-and-sexually-coy-females-59665>
- TOSI, Lucía. 1998. Mulher e Ciência. A Revolução Científica, a Caça às Bruxas e a Ciência Moderna. *Cad. Pagu*, 10:369-397.
- WATSON, Patty Jo; KENNEDY, Mary. 1991. The Development of Horticulture in the Eastern Woodlands of North America: Women's Role. In: GERO, Joan; CONKEY, Margaret. *Engendering Archaeology. Women and Prehistory*. Oxford: Blackwell, p. 255-275.
- WATTS, Vanessa. 2013. Indigenous place-thought & agency amongst humans and non-humans (First Woman and Sky Woman go on a European world tour!). *Decolonization: Indigeneity, Education & Society*, 2(1):20-34.
- WOODALL, Ned; PERRICONE, Philip. 1981. The archaeologist as cowboy: the consequence of professional stereotype. *Journal of Field Archaeology*, 8:506-9.
- WÜST, Irmhild; VAZ, Ludimila J. de Melo, 1998. Grafismos de Ação no Alto São Lourenço, Sudeste do Mato Grosso. *Revista do Museu Antropológico*, 2:47-87.
- WYLIE, Alisson. 2007. Doing Archaeology as a Feminist: Introduction. *J Archaeol Method Theory* 14:209-216.
- WYLIE, Alisson. 2012. Feminist Philosophy of Science: Standpoint Matters. *Proceedings and Addresses of the American Philosophy Association* 86(2), 47-76.
- ZARANKIN, Andres; SALERNO, Melisa. 2008/2009. Sobre bonecas e carrinhos: desconstruindo as categorias feminino e masculino no passado. *Especiaria*, v. 11 e 12, p. 219-239.
- ZIHLMAN, Adrienne L. 1978. Women in evolution, part II. Subsistence and social organization among early hominids. *Signs* 4(1):4-20.
- ZIHLMAN, Adrienne L. 1987. Sex, Sexes, and Sexism in Human Origins. *Yearbook of Physical Anthropology, American Journal of Physical Anthropology*, Supplement, 30:11-19.
- ZIHLMAN, Adrienne L. 1997. The paleolithic glass ceiling. In HAGER, Lori. *Women in human evolution*. London and New York: Routledge, p. 91-113.